

*Francisco*  
*Sete*  
*M*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 69

Aos doze dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião ordinária de Abril, para conclusão da agenda de trabalhos, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Albertino Moreira de Oliveira, José Carlos da Silva Neves, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Alberto de Jesus Moreira, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Fernando dos Santos Manata, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, António Norberto da Silva Correia e Amândio Ferreira Canha Júnior.

Pelas 21 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Rogério da Silva Leitão ✓, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo ✓, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano ✓, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal ✓, José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt ✓, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias de Pinho e Melo ✓, António José Valente ✓, Manuel Simões Madail ✓, Fernando

2.

Augusto de Oliveira, Manuel Tvaes Duarte, Manuel Arede de Jesus, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Antónia Pinho e Melo Rogério da Silva Leitão e Manuel Simões Madail, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra o Presidente submeteu à votação da Assembleia a existência ou não de período de antes da ordem do dia, tendo-se esta pronunciado favoravelmente pela existência do referido período.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, para solicitar dois esclarecimentos: o primeiro relativo à evolução do problema do Centro de Exposições; e o segundo referente a informações contraditórias que têm vindo a conhecimento público e que se prendem com a instalação dos Parques TIR/TIF.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que solicitou também esclarecimentos quanto ao ponto da situação do Centro de Exposições, uma vez que este projecto estava inicialmente candidatado aos fundos FEDER, tendo posteriormente passado para o PEDIP e como se trata de uma das grandes prioridades da Câmara, pretendeu saber concretamente se há algum desenvolvimento neste capítulo.

No que se refere ao Terminal TIR/TIF, manifestou o desejo de ser esclarecido quanto à situação concreta do problema, dado que notícias contraditórias que ultimamente foram dadas à estampa, suscitavam dúvidas quanto ao facto de a JAPA, ter ou não recebido um ofício da Câmara, a comunicar a posição tomada por esta Assembleia, relativamente ao problema.

A terminar pretendeu saber também em que situação se encontra o processo de recuperação do antigo edifício

das "Fábricas Campos".

Usou seguidamente da palavra o Vogal Helder Filipe, para fazer uma abordagem também da problemática relacionada com o Terminal TIR/TIF. Referindo-se à Moção aprovada nesta Assembleia, a qual no final de vários considerandos, apontava no sentido de a Câmara desenvolver esforços tendentes a impedir a concretização daquele parque, na área do Porto Comercial, pretendeu saber quais as démarches efectivamente desenvolvidas pela Câmara no sentido de se dar cumprimento ao que se aprovou nesta Assembleia e também quais os resultados obtidos.

Seguidamente e a finalizar a sua intervenção referiu-se ao estado deplorável em que se encontra a Estrada de S. Bernardo até S. Bento, e presumindo que a mesma seja da responsabilidade do Município e atendendo ainda ao grande volume de tráfego, considerou que seria bom que esse troço de via fosse objecto da colocação de um tapete betuminoso, antes do próximo Inverno.

Imediatamente a seguir tomou a palavra o Presidente da Câmara e começando por se referir ao Centro de Exposições, informou que o mesmo está candidato ao PEDIP, embora patrocinado pela ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL, e isto resultante do facto do FEDER-AUTARQUIAS, obedecer a novas regras que motivaram a retirada do projecto, tendo este consequentemente passado para o PEDIP. O PEDIP, é fundamentalmente um fundo destinado a infraestruturas de apoio directo à Indústria ou às Associações Industriais e daí este projecto aparecer ligado à Associação Industrial. De facto quem apresenta a candidatura é a Associação Industrial de Aveiro, mas com o aval financeiro da Câmara, dado que esta Associação não tinha possibilidades de garantir a cobertura financeira dos restantes 40%. O projecto foi submetido ao PEDIP, com uma declaração da Câmara em que se comprometia a dar a cobertura financeira dos restantes 40%. Neste momento todo o processo está em Bruxelas para apreciação e prevê-se a hipótese de que venha a ser contemplado para 1990.

Prosseguindo e relativamente ao Parque TIR/TIF, começou por informar claramente a Assembleia que de facto estava plenamente convencido que o ofício que tratava o problema e que se encontrava nos Serviços de Apoio à Presidência, tinha efectivamente seguido. Posteriormente constatou que o mesmo não teve o andamento que inicialmente pensava. Porém nessa altura dis-

*Alcides*  
*Alcides*

se pensar não achar oportuno fazê-lo seguir. Entretanto houve uma reunião na JAPA, na qual se abordou o problema nas suas vertentes mais importantes nomeadamente quanto ao facto do Terminal estar a surgir naquele local, quais as intenções da Japa sobre o assunto e nomeadamente do Conselho de Administração da Empresa, que explora o Terminal. Ficou algo surpreendido, dado que a versão que é apresentada admitia da parte da JAPA, que talvez pudessem ser um Terminal com algum carácter definitivo, por entenderem que junto do Velho Porto Comercial, que vai continuar a funcionar era necessário algum apoio. Porém referiu que é verdade que também ainda não estão definidos os acessos e entretanto disse ter tido conhecimento de que outras entidades estão neste momento acompanhar o problema e é possível que a curto prazo haja uma entidade que venha com jurisdição naquela área, a pronunciar-se sobre o Terminal. Informou também que neste momento os trabalhos de movimentação de terras no local estão parados. A indicação que disse possuir da parte do Conselho de Administração da Empresa é de que esta não pretende fazer o Terminal definitivo naquele local, mas sim no local inicialmente indicado, o que não deixa de ser ambíguo, considerou. Informou também que na reunião havida com a C.P., avançou-se para a construção do Terminal, junto das "Fábricas Renault", bem como a construção da Estação de Mercado-rias. Disse ainda que neste momento a própria C.P., está na disposição de se substituir à Câmara para fazer a própria expropriação dos terrenos necessários para o efeito. Em suma referiu ser esta a panorâmica que neste momento pode dar sobre o problema.

Neste momento interrompeu o Vogal Carlos Jerónimo, chamando atenção para o facto de só hoje se dar conhecimento à Assembleia, que o ofício não seguiu, pois entretanto já houve uma reunião da Assembleia, na qual segundo aquele Vogal, essa informação deveria ter sido dada.

Chamou também atenção para o facto de a Assembleia Municipal, ter aprovado uma Moção, que não apontava para o embargo da obra, dado que na troca de impressões então havida se chegou à conclusão de que não seria de pedir o embargo, pois considerou-se também que talvez a Câmara não tivesse legitimidade para o fazer. A Moção que veio a ser aprovada foi claramente no sentido de se promoverem todas as diligências necessárias no sen-

tido de se impedir a concretização do Parque Tir, naquele local e se obtivesse uma solução alternativa.

Retomando a palavra o Presidente da Câmara, disse assumir inteiramente a responsabilidade pelo não envio do ofício. No entanto referiu mais uma vez que inicialmente estava na convicção, que os Serviços de Apoio o tinham feito seguir.

Considerou que seria uma acção correcta também, no entanto considerou muito mais importante e positivo desenvolver contactos pessoais junto das entidades competentes tendo em vista a solução do problema e neste aspecto a Câmara teve o cuidado de desenvolver algumas acções tendentes a contrariar o crescimento da obra naquele local.

Finalmente referiu que também não quis arrastar de imediato a Câmara para a discussão de algo que ainda não se possuía informação suficiente e concreta, pensando naturalmente que o problema se poderia resolver com outras entidades que têm jurisdição clara sobre o assunto e que estas se deveriam pronunciar.

Abordando seguidamente a questão da recuperação das instalações da antiga "Fábrica Campos", informou que teve contactos na semana em curso com o Secretário de Estado da pasta correspondente, que lhe transmitiu o desejo de talvez ainda no mês de Setembro vir acontecer a adjudicação do dossier "Fábrica Campos".

Referindo-se ao mau estado do pavimento da Estrada de S. Bernardo até à localidade de S. Bento, considerou tratar-se de facto de uma via da responsabilidade do Município e como tal a seu tempo será objecto de reparação. Disse pensar no entanto que o lançamento deste trabalho deverá ser conjugado com a conclusão da nova via Mamodeiro/Aveiro, pois reconhece-se que de momento não é oportuno dado os inconvenientes de trânsito que daí resultariam.

Neste momento entrou na Sala o Vogal Jorge Nascimento.

Terminado o período de antes da ordem do dia e de acordo com a agenda de trabalhos, o Presidente submeteu à votação as seguintes Actas:

ACTA Nº 64 - Aprovada por quinze votos a favor e cinco abstenções;

ACTA Nº 65 - Aprovada por dezasseis votos a favor e quatro abstenções;

*Helder Filipe*

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Helder Filipe, que justificou a sua abstenção pelo facto de não ter estado presente à reunião que motivou a referida Acta.

ACTA Nº 66 - Aprovada por dezassete votos a favor e três abstenções;

ACTA Nº 67 - Aprovada por dezasseis votos a favor e quatro abstenções.

Neste momento entrou na Sala o Vogal Artur Lobo.

Imediatamente a seguir passou-se à apreciação e discussão da ordem de trabalhos:

#### ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E  
CONTAS DE GERÊNCIA RELATIVAS A 1988 C.M./S.M.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA  
CÂMARA MUNICIPAL

#### GENERALIDADE

Tomando a palavra o Vogal Carlos Jerónimo, realçou o facto de que, de algum modo o Relatório tem vindo a sofrer progressivas melhorias, considerando até que este será eventualmente o melhor Relatório apresentado pela Câmara em termos formais nos últimos anos. Disse também acreditar que estas melho-

*Thurley Jones*  
7.

rias têm correspondido de alguma forma às posições que a Assembleia Municipal, tem com mais ou menos veemência tomado aquando das discussões dos Relatórios. Sublinhou também o facto de é estranhar que tenha sido necessária uma certa aprendizagem na elaboração dos mesmos, pois não se trata propriamente de uma Câmara debutante, já que alguns dos seus membros vêm apresentando Relatórios desde 1977 e como tal disse não se justificar que alguns dos Relatórios anteriormente elaborados tivessem realmente a forma menos digna para a Assembleia, de que se revestiam.

Prosseguindo aludiu ao facto de notar uma menor atenção que um pouco genericamente se presta ao Relatório em favor do Plano, considerando este aspecto um tanto paradoxal, posto que quando esta Assembleia, discute o Plano de Actividades, debruça-se minuciosamente sobre os vários objectivos, criticando uns, apoiando e sugerindo outros; e posteriormente a mesma Assembleia demite-se de avaliar até que ponto aquilo que foi exaustivamente discutido, teve ou não cumprimento. Sob o ponto de vista formal do Relatório, considerou-o mais uma vez melhor que os anteriores, continuando no entanto achar que a sua elaboração em alguns pontos é menos cuidada - isto é, incluem-se enúmeros elementos de pouca importância para a avaliação do trabalho e por outro lado peca por não dar explicações que poderiam ajudar até a compreender melhor a própria Assembleia Municipal, as razões pelas quais não se efectuaram determinadas obras; com efeito considerou que à parte um ou outro caso pontual, não se tem feito a justificação da não concretização de alguns dos projectos planeados.

A finalizar a sua intervenção disse pensar haver uma certa falta de diálogo entre a Câmara e a Assembleia Municipal, diálogo no sentido de serem facultados os elementos imprescindíveis à Assembleia, para se poder pronunciar cabalmente face aos vários temas a tratar, considerando que este aspecto resulta também um pouco da própria composição da Assembleia, pois pensa que a Câmara se sente perfeitamente segura no modo da apresentação dos vários documentos e isto concretamente a Relatórios iniciais, não transmitindo todos os dados que seriam necessários, o que numa Assembleia Municipal com outra composição, obviamente que seria alvo de duras críticas. Lastima o facto, pois considera que a crítica, quando construtiva é também uma forma de ajudar na resolução dos problemas.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal

*Ferreira*  
*Santos*  
8  
*[Signature]*

Joaquim Mendonça, para salientar que de facto há uma melhoria gráfica na elaboração deste Relatório. Referiu no entanto que o mesmo é apresentado sob um aspecto estatístico; não permitindo desta forma fazer uma leitura clara do trabalho executado e do não executado conforme o previsto. Resultando assim este Relatório, num documento de estatística, que terá vantagem de ser útil para aqueles que não estejam dentro dos problemas Autárquicos discutidos nesta Assembleia, pois apenas verão nele um Relatório do que existe no concelho ou do que se pretende executar. Finalmente disse que não o deixará de aprovar, pois considerou que o mesmo melhorou muito, desejando futuramente vê-lo mais em paralelo com trabalhos previstos e trabalhos executados.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara, disse manifestar uma certa surpresa pelo tipo de crítica apresentada, está no entanto, inteiramente de acordo com os membros da Assembleia, que este Relatório, não será porventura o Relatório ideal, poder-se-ia elaborar um Relatório muito maior e muito melhor, muito mais fundamentado e muito mais substanciado; neste Relatório houve a preocupação de estabelecer um certo paralelismo com o Plano, e se os membros desta Assembleia, atentarem um pouco sobre o mesmo, verificarão que o Relatório se desenvolve por objectivos e segue por cada objectivo precisamente o Plano de Actividades. Considerou haver de facto um certo paralelismo com o Plano, não significa porém que se tenha alcançado este objectivo na sua totalidade; agradecendo no entanto o facto de o considerarem substancialmente melhor em relação aos anteriores. Introduziu-se pela primeira vez alguns elementos elaborados por computador, numa tentativa de introduzir e criar o hábito de se elaborar uma parte do Relatório, já por sistema computurizado. Referiu a evolução significativa que se pode ler no mesmo no que respeita a receitas de capital em 88 e consequentemente também nas despesas de capital, introduziu-se um documento que faz o paralelo entre o que tinha sido orçado e o que foi efectivamente realizado, ou seja faz-se também não só um paralelo do Plano de Actividades, mas faz-se também um paralelo com o Orçamento ou com a previsão orçamental do ano de 88; aproximando estas previsões de facto à realidade. Destacou seguidamente o facto de muitos objectivos terem sido já da responsabilidade do próprio Serviço a que estão afectos, concretamente nos casos do MEREC, GTL, Merca.

*Alcides*

dos e Feiras etc., são portanto os próprios Serviços, assumirem aqui o Relatório de Actividades e daí também o facto de ter resultado um Relatório bastante maior e mais completo, pois pela primeira vez há a participação directa de cada um dos Sectores responsáveis por cada um dos objectivos do Plano.

A terminar referiu ainda que nunca foi intenção da Câmara, escamotear elementos aos Deputados desta Assembleia, e houve sempre a preocupação de enviar atempadamente toda a documentação necessária no sentido de permitir uma análise correcta e consciente dos assuntos a tratar. Admitiu que poderia ter havido uma maior aproximação entre a Câmara e a Assembleia, pensa no entanto que futuramente as Assembleias Municipais, deverão funcionar também com Comissões que acompanhem directamente os problemas Municipais, pois considerou ser uma forma dos próprios membros da Assembleia, se identificarem através de pequenos grupos sectoriais com os problemas da gestão corrente das Autarquias.

Salientou também a importância do ano de 88, dada a sua grande actividade que se pode constatar pelo Relatório, bem como pelo volume de despesas de capital aí inseridas.

Seguidamente tomou a palavra o Presidente da Assembleia e no âmbito de problemas do ponto de vista funcional da mesma, aproveitou para lembrar uma vez mais, que um dos problemas também é pensar na instalação da própria Assembleia, dado que efectivamente esta não tem instalações adequadas.

Imediatamente e continuando no uso da palavra submeteu à votação na GENERALIDADE, O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte votos a favor e uma abstenção.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA  
MUNICIPAL - ESPECIALIDADE

Aberto o período de discussão, usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para no âmbito do objectivo Educação destacar que já relativamente ao ano transacto, também referiu tratar-

*Fernando*  
10.

se de uma parte do Relatório que contém uma série de dados que reputou de extremamente importantes, pois permitem uma análise da problemática dos vários sectores da Educação, face aos dados estatísticos que são apresentados; considerando isto, uma boa contribuição para a elucidação capaz dos elementos desta Assembleia.

Prosseguindo, disse notar no entanto em vários objectivos, algumas imprecisões nas afirmações que aí são feitas:-- e concretamente no capítulo da Educação Pré Escolar, refere-se a construção de três novas instalações. Considerando que no caso de Quintãs estas ainda se encontram no Plano, pretendeu saber se houve mais alguma construção deste tipo de instalações que não em Quintãs

No que se refere ao Ensino Básico, também se fazem algumas afirmações que não correspondem exactamente, pois referia-se no Plano, acabamentos nas Escolas de Santiago, Cabo Luís Sá-Barrocas e com efeito nenhum destes trabalhos se concretizou ainda, nem está em vias de concretização face aos problemas que aí são explanados e que tem que ver com as Urbanizações de Santiago e Sá-Barrocas e com problemas de população escolar em relação ao Cabo Luís.

Relativamente ao material didáctico foi falado em tempo, que as Escolas teriam um subsídio de 3000\$00/sala, no entanto e face às estatísticas aqui apresentadas, aponta-se para um valor de 2200\$00/sala.

No âmbito da Cultura, considerou haver uma parte significativa do Plano que não se concretizou, embora no entanto se tenha feito bastante, admitiu.

No capítulo da atribuição de subsídios, manifestou interesse em saber quais os critérios que presidem a essa distribuição e concretamente se, no caso da Cultura houve ou não intervenção da Comissão Municipal de Cultura, na definição desses subsídios. Referiu também grandes disparidades na atribuição de subsídios às várias agremiações que se dedicam ao mesmo tipo de actividade, concretamente no caso das Fanfarras, onde não se verifica uma homogeneidade de montantes atribuídos.

No âmbito do Desporto, realçou o facto de não se ter avançado com a construção dos Tanques de Aprendizagem. Tratou-se de um objectivo inserido no Plano e aplaudido por esta Assembleia, mas que afinal não teve o desenvolvimento rápido que seria desejável.

No subsídio aos Clubes Desportivos, considerou difícil entender os critérios que poderão ter presidido à atri-

*Ther...*  
11.

buição de tais montantes.

Na Acção Social, fez referência ao facto de haver vários projectos que também não tiveram qualquer seguimento.

No capítulo da Habitação, lamentou que não se tenha feito qualquer referência às Cooperativas de Habitação, pois entende que caberia perfeitamente uma referência àcerca do Cooperativismo, dado que o mesmo existe em Aveiro.

No Planeamento Urbanístico, criticou o facto de não se tecer uma palavra sobre Urbanização. No que se refere ao Planeamento Urbanístico, aludiu à necessidade da existência de um PDM, pois considera que este se torna cada vez mais urgente face ao crescimento da cidade. Continuam-se a fazer PPU's, para diversos locais, sem que, e do seu ponto de vista haja qualquer documento integrador de todos esses PPU's e isto constata-se a cada passo pelas revisões que vários projectos têm sofrido, caso da FORCA/VOUGA; COJO etc., bem como outros de menor dimensão que por força de lei não baixam a esta Assembleia.

No capítulo da Rede Viária, referiu que não houve também um cumprimento na totalidade.

Finalmente e no que se refere à Defesa do Meio Ambiente e ao Gabinete de Recuperação Urbana, considerou os Relatórios bem elaborados pelos respectivos Serviços, não tendo nada a aditar, pois considerou-os realmente bastante pormenorizados.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Joaquim Mendonça, que disse desistir da sua intervenção face aos pontos focados já, pelo Vogal que lhe antecedeu.

Imediatamente a seguir usou da palavra o Presidente da Câmara, que começou por felicitar a anterior intervenção, pois considerou que a mesma é reveladora de quem leu o Relatório com profundidade e que tentou de facto apreciá-lo. Há no entanto uma ou outra questão que disse ter alguma dificuldade em responder, dado que são questões de pormenor e que em alguns casos resultam da elaboração pelos Serviços respectivos.

No que se refere a algumas observações que referiu nomeadamente quanto à atribuição de subsídios, esclareceu o seguinte: - a Câmara desde há anos que vem seguindo um critério

*F. M. S.*  
*12.*

que reputa de fundamental e que se traduz ao fim e ao cabo em privilegiar o subsídio ao investimento; atendendo a que o concelho é carente em equipamento, quer este seja Social, quer Desportivo, quer ainda Cultural, tem-se privilegiado sempre o subsídio para o investimento nesta área e daí aparecer os diferenciais apontados, mas que traduzem uma realidade, que é a do maior ou menor investimento que cada agremiação tem capacidade para promover.

Relativamente ao Cooperativismo, de facto não se fez qualquer referência e no caso concreto da Cooperativa Chave não se fez referência na medida em que os problemas relacionados com esta Cooperativa foram todos solucionados no ano em curso, nomeadamente a escritura do terreno para o arranque da obra.

Aludindo seguidamente ao facto de não se tecer qualquer tipo de consideração sobre Urbanização, disse estar plenamente convicto que existia efectivamente uma folha que abordava o problema, no entanto disse não querer responsabilizar ninguém, mas é possível que a parte que se referia a Urbanização, se tenha extraviado, estranhando de facto que tal objectivo não tenha sido incluído no Relatório.

No que se refere à Viação Rural, disse que foi cumprido todo o Plano de Viação Rural, exceptuando algumas Ruas, que entretanto eram para meter tubagem de águas e conseqüentemente transitaram para o ano seguinte, casos das Ruas da Sr<sup>a</sup> da Saúde, em S. Bernardo, Rua da Cacieira, em Eixo, estas as que de momento ocorre referenciar.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, tendo tomado de seguida a palavra o Vereador Celso Santos, começando por se referir ao Jardim de Infância do lugar de Quintans e admitindo que o Relatório refere a construção de três novas instalações, esclareceu que houve de facto a deslocação de uma construção que em princípio deveria ser feita em Quintans, mas que em consequência de não ter sido possível negociar o terreno para alargamento do do logradouro, bem como dificuldades em encontrar-se uma área capaz para suportar mais uma instalação (Jardim de Infância), deslocou-se esta construção para a freguesia de Esgueira. No entanto continua no Plano deste ano; está-se a negociar a implantação de um Pavilhão Pré Fabricado, que ocupará menor área e contudo resolverá o problema.

No ano passado completou-se de facto o que

*Phising*  
*Santos*  
13.

estava no Plano de Actividades neste capítulo, construíram-se três novos Jardins de Infância, estando neste momento já a funcionar.

No que se refere às Escolas, a explicação é dada na introdução do próprio objectivo, diz-se aquilo que se fez e aquilo que não foi possível executar, nomeadamente Sá-Barrocas e Santiago pelas indefinições e pelas dificuldades que têm surgido para a concretização destes objectivos.

Relativamente à atribuição da verba por sala para despesas com material didáctico, disse que de facto quando foi feita a distribuição dessa verba, foi-o equitativamente e foi considerado os três mil escudos por sala; os dois mil duzentos e oitenta e oito escudos apontados, resultam naturalmente de saldo ainda existente nas Escolas e que não foi aqui contabilizado, porque efectivamente a distribuição foi de três mil escudos.

No capítulo da Cultura, considerou que houve de facto um esforço no sentido de tentar mostrar o mais possível o trabalho desenvolvido, explicitando todos os assuntos e trazê-los ao conhecimento da Assembleia.

No que se refere à atribuição de subsídios às instituições Culturais, esclareceu que estes são atribuídos em função da actividade que cada um desenvolve.

No capítulo do Turismo, referiu que o investimento na lancha não visa apenas a obtenção de receita; o serviço que se tem prestado com a lancha na divulgação da Ria, na concentração e na paragem de turistas em Aveiro, é hoje o elemento primeiro, que faz com que esses mesmos turistas permaneçam um ou dois dias, para aproveitar o passeio na Ria. Entende pois que se deve continuar apostar na lancha, tendo em vista o desenvolvimento turístico da cidade, pese embora as despesas que ultimamente se têm verificado com a sua manutenção.

Neste momento saiu da Sala o Vogal Santos Costa.

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à votação o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL/ESPECIALIDADE, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e uma abstenção.

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Joaquim Mendonça".*

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo, nos seguintes termos: - "era para afirmar que votei favoravelmente agora na especialidade; abstive-me na generalidade face às várias dúvidas que tinha para esclarecer, na prática as minhas dúvidas foram esclarecidas o que me levou a votar favoravelmente na especialidade, embora considere que este Relatório, tem algumas lacunas que já tive oportunidade de salientar, que se espera venham a ser colmatadas em Relatórios futuros, para que as Assembleias tenham maior capacidade e maior interesse em se debruçarem sobre ele".

Seguiu-se também uma declaração de voto do Vogal Gaspar Fernandes, nos seguintes termos: - "abstive-me porque no ano de 1988, mais de 50% das obras da Freguesia de Eixo, não foram concluídas".

CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL/88  
GENERALIDADE

Usou da palavra o Director de Serviços, Alves Rodrigues, para fazer apresentação do referido documento.

Deu explicações genéricas e de carácter legal, traçando seguidamente uma panorâmica geral da tramitação deste documento, referindo que são escolhidas cada ano determinadas Câmaras, que deverão remeter ao parecer do Tribunal de Contas, a Conta de Gerência; sendo em síntese este o documento que agora se submete à consideração da Assembleia Municipal.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Joaquim Mendonça, para registar um facto que de algum modo considerou agradável - é que contrariamente aos receios desta Câmara Municipal, aqui manifestados nesta Assembleia, conseguiu-se uma receita

*Thiny*  
*Santos*

corrente de Imposto directo, uma vez e meia superior ao que estava previsto em Orçamento, significando isto que quando se receava que as leis da SISA e da Contribuição Predial, fizessem descer substancialmente o montante global dos referidos Impostos, aconteceu precisamente o contrário, facto que, referiu, apraz registar.

Não se registando mais intervenções, o Presidente da Assembleia, submeteu à votação na GENERALIDADE A CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL/88, tendo esta merecido aprovação por unanimidade.

#### CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL/88

##### ESPECIALIDADE

Posto o assunto à apreciação e discussão não se registaram intervenções, pelo que o Presidente de imediato submeteu à votação, tendo merecido aprovação também por unanimidade.

Neste momento deu novamente entrada na Sala o Vogal Santos Costa que assumiu a Presidência dos trabalhos, tendo saído simultâneamente o Presidente Encarnação Dias.

#### RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DOS S.MUNICIPALIZADOS/88 - GENERALIDADE

Aberto o período de discussão usou novamen-

te da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que considerou este Relatório dos S.M., de difícil comparação com o Plano de Actividades. Prosseguindo, referiu que a culpa não é somente do Relatório de Actividades, é-o também do Plano e consequentemente é muito difícil fazer avaliação do que foi feito em função do Plano, por este Relatório.

Salientou seguidamente que em relação a duas prioridades que até no próprio Relatório da Câmara ou no Plano de Actividades se destacava como prioridade do Município, concretamente o problema das águas e do Saneamento; acontece porém que no que respeita ao Saneamento havia uma verba orçamentada na ordem dos cento e quatro mil contos, da qual se gastou apenas setenta e três mil, o que significa que não será propriamente 1/3 do trabalho que terá ficado por executar, mas quase, referiu. No que respeita à parte de águas não se refere os montantes gastos. No entanto a ampliação da Rede de Águas, embora naturalmente o concelho já tenha uma cobertura razoável, mas atendendo que era objectivo da Câmara completar o abastecimento de água ao concelho em 88, verifica-se com surpresa que é oneroso que a ampliação da rede tem menor extensão.

A terminar referiu mais uma vez que este Relatório não permite estabelecer uma correspondência que permita avaliar o volume de trabalho efectuado. Considerando em suma, muito difícil retirar conclusões deste Relatório dado o tipo de diversidade de avaliação.

Tomando a palavra o Vereador Victor Silva, esclareceu que os S.M., executam trabalhos por administração directa os quais são quantificados em metros, pois tratam-se de pequenos ramais. Quando se trata de obras empreitadas há uma nomenclatura que é dada às obras empreitadas, é por exemplo: o Saneamento de Cacia; Saneamento da Quintã do Loureiro, Saneamento de Sarrazola, etc. Pensa no entanto que poderá ser estabelecido um paralelo em relação ao Plano de Actividades no que se refere a obras executadas e por executar. Acontece porém que também há muita obra que não aparece relativamente ao Plano de Actividades, dado que transitou para o ano seguinte pelo facto de não ter sido concluída nesse ano é o caso por exemplo das obras de Saneamento na Freguesia de Cacia.

Seguiu-se uma breve troca de impressões posto o que o Presidente de imediato submeteu à votação da Assembleia o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DOS S. MUNICIPALIZADOS/88, NA GE-

NERALIDADE, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e uma abstenção.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo, nos seguintes termos: "era para dizer que me abstive por não me considerar suficientemente esclarecido com este Relatório de Actividades, em função do Plano de Actividades para o mesmo ano por não encontrar as correspondências necessárias para fazer essa avaliação".

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DOS S. MUNICIPALIZADOS/88  
ESPECIALIDADE

Posto o assunto à apreciação e discussão da Assembleia, não se registaram intervenções, pelo que, o Presidente de imediato o submeteu à votação, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e uma abstenção.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo, exactamente nos mesmos termos que usou, aquando da votação na generalidade.

CONTA DE GERÊNCIA/88 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS  
GENERALIDADE

Usou da palavra o funcionário responsável pelo Sector Administrativo dos S. Municipalizados (Dr. Cunha), que deu explicações de carácter legal sobre o ponto em apreço.

Aberto o período de discussão, não se registaram intervenções, pelo que de imediato o Presidente da Assembleia

*Thomaz Luiz*  
18.

submeteu o assunto à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

CONTAS DE GERÊNCIA / 88-S. MUNICIPALIZADOS

ESPECIALIDADE

Aberto o período de discussão não se registraram intervenções pelo que de imediato o Presidente da Assembleia submeteu o assunto à votação, tendo merecido aprovação também por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24,00 Horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

*Luiz*  
*Heitor*